



Ensino à Distância JML

COMO CONTRATAR

Serviços de **Treinamento,** **Desenvolvimento** de **Pessoas & Ensino**

na Administração Pública, Estatais e Sistema S

Da Elaboração do Projeto Básico à Execução do Contrato

T&D



GRUPO

JML

PESSOAS • SERVIÇOS • TECNOLOGIA

COMO CONTRATAR SERVIÇOS DE TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E ENSINO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ESTATAIS E SISTEMA S

Da Elaboração do Projeto Básico à Execução do Contrato

SOBRE O CURSO

Sabe-se que os órgãos de controle têm revelado a preocupação com a qualificação e constante atualização dos servidores empregados públicos de todas as esferas, assim como dos colaboradores do Sistema S. Tanto assim, que no âmbito federal, vigora o Decreto nº 9.991 de 28/08/2019, que estabeleceu as diretrizes para o Plano Nacional de Desenvolvimento de Pessoal para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Em que pese essa realidade, na prática os órgãos e entidades da Administração Pública e os Serviços Sociais Autônomos ainda encontram inúmeras dificuldades de contratar cursos de capacitação de curta e longa duração, palestrantes e conferencistas para seminários, dada a intrincada teia de legislação que cerca os atos de realização de despesa no Poder Público e Sistema S. A principal dificuldade advém da falsa ideia de que a licitação para contratações dessa natureza é imperativa. Não é verdade.

Embora ser regra geral, insculpida em comando constitucional (art. 37, XXI) a obrigatoriedade de realização de licitação prévia para seleção da proposta mais vantajosa, é bem verdade que este procedimento, em razão das características especialíssimas dos contratos dessa natureza, se revela a mais frágil forma de contratá-los, devendo, ao contrário, ser considerada regra excepcional. O meio mais adequado é a utilização da hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no art. 25, II da Lei 8.666/93, no art. 30, inciso II, da Lei 13.303/2016 (estatais) e no art. 10, inciso II, do Regulamento de Licitações e Contratos dos Serviços Sociais Autônomos.

Nada obstante, a responsabilidade do gestor em enquadrar corretamente o caso concreto à hipótese legal é tão grande quanto a de elaborar editais de licitação em conformidade com os princípios norteadores do instituto. Além disso, a formação do processo de contratação e as implicações decorrentes da execução de certos contratos consubstancia o maior foco de problemas encontrados nas auditorias internas e das Cortes de Contas.

O presente treinamento, portanto, tem por finalidade levar aos servidores públicos da administração direta e indireta dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, e aos colaboradores do Sistema S, notadamente aos que atuam na área de contratação de serviços de TD&E, amplo domínio das normas e rotinas referentes às contratações sem licitação, enfatiza os instrumentos e técnicas para planejar de forma eficiente e eficaz os eventos, alinhados com os procedimentos de acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, tudo com amplo apoio na jurisprudência dos Tribunais de Contas e de Justiça.

OBJETIVOS

Proporcionar aprimoramento profissional do servidor/agente público e colaborador do Sistema S, contribuindo para sua ascensão funcional; maior eficiência nos processos de contratação através da dispensa e da inexigibilidade de licitação. Espera-se que ao final do curso os participantes:

1. Ampliem sua compreensão dos princípios e das diretrizes das normas gerais para contratação direta;
2. Consolidem melhor seus papéis como gestores e saibam enquadrar adequadamente na legislação a contratação de treinamentos;
3. Tenham uma visão sistêmica dos processos de contratação;
4. Esclareçam suas dúvidas mais frequentes.

VANTAGENS

- × Curso EAD com aulas gravadas, atividades práticas e leitura complementar.
- × Fórum para dirimir dúvidas com o professor.
- × Conteúdo teórico e prático, desenvolvido à luz das orientações dos órgãos de controle e melhor doutrina;
- × Material didático digital, composto por slides e artigos.
- × Professor com vasta experiência prática na matéria;
- × Profissionalismo e rigor científico do GRUPO JML.

PÚBLICO ALVO

- × Servidores e empregados públicos da Administração Direta e Indireta e colaboradores dos Serviços Sociais Autônomos envolvidos nas contratações de treinamento e desenvolvimento.

PALESTRANTE



LUIZ CLAUDIO DE AZEVEDO CHAVES

Graduado em Administração e Direito, Especialista em Direito Administrativo. Professor Convidado da Fundação Getúlio Vargas-FGV/PROJETOS e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC-RIO, além de diversas instituições de ensino e Escolas de Governo do País, dentre as quais destacam-se: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, Escola de Administração Judiciária – ESAJ/TJRJ, Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR/IBAM. É autor das seguintes obras: Licitações e Contratos da Administração Pública-Legislação Básica Reunida, Expressão Gráfica, 2009; Curso Prático de Licitações, os segredos da Lei 8.666/93, Lumen Juris, 2011; Diálogos de Gestão – Novos ângulos, Várias Perspectivas, Ed. JML, 2013; Licitação Pública, Compra e Venda governamental Para Leigos, Alta Books, 2016; A Atividade de Planejamento e Análise de Mercado nas Contratações Governamentais, Ed JML, 2018.. É articulista nos seguintes periódicos: Revista do Tribunal de Contas da União, ed. TCU; Revista RJML de Licitações e Contratos, ed. JML; BLC-Boletim de Licitações e Contratos, ed. NDJ; ILC-Informativo de Licitações e Contratos, ed. ZÊNITE; Revista Infraestrutura Urbana, ed. PINI; Revista dos Municípios, ed. IBAM; Soluções em Licitações e Contratos-SLC, Ed. SGP e, Revista do Administrador Público, ed. Governet. Sua experiência profissional nas mais diversas funções ligadas às contratações públicas exercidas ao longo de de 30 anos junto Tribunal de Justiça/RJ, onde é servidor do quadro efetivo, aliado a seu elevado conhecimento técnico o credenciam como um dos mais expoentes conferencistas em temas do Direito Administrativo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I

ALINHAMENTO CONCEITUAL

- × Visão Geral da Licitação Pública
- × Dever Geral de Licitar e Conceito de Licitação
- × Princípios: legalidade, eficiência e razoabilidade
- × Visão sistêmica e modelos de gestão dos processos de contratação
- × Principais fases do processo de contratação

MÓDULO II

CONTRATANDO CURSOS E TREINAMENTOS SEM LICITAÇÃO

Licitação Inexigível – Parte 1

- × Conceito e campo de interpretação
- × Inexigibilidade por ausência de concorrentes no mercado
- × Demonstração da exclusividade do prestador do serviço
- × Inexigibilidade para prestação de serviços de treinamento: análise ao art. 25, II da L. 8.666/93
- × Caracterização da singularidade do objeto
- × Quando o curso é licitável e quando ele se mostra singular
- × O problema da notória especialização: como caracterizar
- × O notório especialista é a empresa ou o instrutor?
- × Inscrição em cursos abertos: o uso equivocado da dispensa em razão do valor (art. 24, II) e a correta fundamentação

CONTRATANDO CURSOS E TREINAMENTOS SEM LICITAÇÃO

Licitação Inexigível – Parte 2

- × A inexigibilidade para contratação de serviços técnico-especializados pelas estatais, segundo a Lei nº. 13.303/2016
- × Limites aos regulamentos das Estatais
- × A inexigibilidade para contratação de serviços técnico-especializados pelas entidades do Sistema S, segundo o Regulamento de Licitações e Contratos

CONTRATANDO CURSOS E TREINAMENTOS SEM LICITAÇÃO

Licitação Inexigível – Parte 3

- × A contratação de cursos por exclusividade
- × A ferramenta do credenciamento para a contratação de professores/instrutores: conceito e aplicabilidade

CONTRATANDO CURSOS E TREINAMENTOS SEM LICITAÇÃO

Licitação Dispensável – Parte 1

- ✗ Conceito e caracteres da licitação dispensável
- ✗ Contratação direta em razão do valor:
- ✗ A questão do duplo enquadramento
- ✗ Por que não aplicar aos cursos abertos a terceiros?
- ✗ Contratação emergencial
- ✗ Elementos caracterizadores da situação emergencial
- ✗ Situações que desqualificam a situação emergencial
- ✗ Pode ser contratado um treinamento em caráter emergencial?

CONTRATANDO CURSOS E TREINAMENTOS SEM LICITAÇÃO

Licitação Dispensável – Parte 2

- ✗ Contratação de órgão da Administração Pública quem pode contratar e quem pode ser contratado nesta hipótese de dispensa
- ✗ Contratação de instituição sem fins lucrativos voltadas ao ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional
- ✗ O que deve ser entendido como “preço compatível”?

MÓDULO III

ELABORANDO O PROJETO BÁSICO

Elaborando o Termo de Referência – Parte 1

- ✗ Conceito e distinção entre: Projeto Básico, Projeto Executivo e Termo de Referência
- ✗ Competências: para elaborar o Termo de Referência, o Edital e a Minuta do Contrato
- ✗ Estrutura básica do Termo de Referência - requisitos indispensáveis
- ✗ Justificativa da contratação: elementos necessários

ELABORANDO O PROJETO BÁSICO

Elaborando o Termo de Referência – Parte 2

- ✗ Justificativa de preços:
 - ✗ fontes e número mínimo de propostas
 - ✗ peculiaridades na licitação inexigível
 - ✗ peculiaridades na licitação dispensável
 - ✗ possibilidade (ou não) de comparação de preços entre profissionais e empresas de treinamento
 - ✗ Peculiaridades na formação do valor da hora/aula no credenciamento

ELABORANDO O PROJETO BÁSICO**Elaborando o Termo de Referência – Parte 3**

- × Especificando os serviços:
 - × Definindo conteúdo programático, objetivos, público-alvo e carga horária
 - × Definindo equipamentos, infraestrutura e material didático
 - × Importância da anuência da área demandante na definição do treinamento
 - × Contratação de serviços de coffee-break

MÓDULO IV**TÓPICOS SOBRE GERENCIAMENTO DOS CONTRATOS****Generalidades sobre contratos administrativos – Parte 1**

- × Conceito de contrato e distinção entre convênio: quando é possível celebrar convênio para realização de cursos.
- × Possibilidade de convênios entre órgãos para contratar curso in company
- × Regime jurídicos dos contratos administrativos: cláusulas exorbitantes e seus efeitos
- × Formalização dos contratos: quando o termo é obrigatório e em que hipóteses será facultativo?

TÓPICOS SOBRE GERENCIAMENTO DOS CONTRATOS**Generalidades sobre contratos administrativos – Parte 2**

- × Execução do contrato: prazo de execução e prazo de vigência; deveres da contratada (em cursos abertos e cursos fechados); recebimento do objeto nos cursos abertos e nos cursos fechados.
- × Alteração dos contratos: acréscimos, supressões e alterações de projetos (programa e carga horária)
- × Limites financeiros para as alterações dos contratos
- × Inexecução e aplicação de penalidades administrativas

INVESTIMENTO

APENAS:

R\$ 1.750

(mil setecentos e cinquenta reais)

CONTEMPLA



6 horas
de vídeo aula
+ 3 horas complementares



Material complementar
(PPT + leitura
complementar +
exercícios)



Certificado Digital
emitido após conclusão,
com carga horária total
de 9 horas para curso
completo



Adicionais JML – Leitura
e estudo
complementares,
disponibilizados na
plataforma do aluno.



PESSOAS • SERVIÇOS • TECNOLOGIA

CENTRAL DE RELACIONAMENTO JML
41 3595.9999

www.jmlgrupo.com.br – www.eadjml.com.br